

* continuação																																													
Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 do Banco de Lage Landen Brasil S.A. - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma																																													
<p>Risco operacional: é a probabilidade de perdas financeiras decorrentes de falhas ou inadequação de pessoas, processos e sistemas, ou quaisquer outras situações adversas de mercado. Risco de mercado: é a exposição criada por potenciais flutuações nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços cotados em mercado e outros valores, e em função do tipo de produto, do volume de operações, prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente. O Banco implementou política de Gestão de Riscos de Mercado, consoante com os dispositivos da Resolução CMN nº4.557 de 23 de fevereiro de 2017. A área de Gestão de Riscos monitora de forma independente das áreas executoras os níveis de riscos de mercado, bem como a aplicação dos procedimentos instituídos em políticas corporativas. O Banco se encontra apto a atender as exigências do BACEN que tratam da estrutura de gerenciamento do risco de mercado. Em linha com as melhores práticas do sistema financeiro, o Banco instituiu uma política corporativa que versa sobre o gerenciamento do risco operacional. A referida política encontra-se devidamente aprovada pela Diretoria observando os preceitos dos dispositivos do Novo Acordo de Mensuração de Capital - Basileia III, ratificados no Brasil Resolução CMN nº4.557 de 23 de fevereiro de 2017 e dispositivos complementares. Risco Social, Ambiental e Climático: o risco social, ambiental e climático é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas da instituição devido a danos socioambientais. Esses, geralmente, são riscos indiretos e decorrentes de negócios, incluindo os realizados com clientes e fornecedores, e são relacionados com poluição, danos à saúde humana, segurança, impactos em comunidades e ameaças à biodiversidade. Nesse sentido, o Banco DLL acredita que a sustentabilidade é essencial para o sucesso a longo prazo para o seu negócio, para os negócios de seus clientes e para o mundo. Por meio de iniciativas corporativas, o Banco apoia programas sociais e beneficentes no Brasil e ao redor do mundo, promove uma forte responsabilidade do funcionário para a sociedade através de voluntariado corporativo e programas de doação. Adicionalmente, o Banco DLL mantém altos padrões éticos e ambientais na nossa forma de fazer negócios e tem como objetivo oferecer soluções financeiras sustentáveis. O gerenciamento do risco operacional conta com o apoio das diversas unidades do Banco e é fundamentado em procedimentos aplicados aos principais processos de negócios, sendo todas as áreas de negócios do Banco responsáveis na observação dos riscos operacionais respectivos às suas funções, inclusive no reporte desses eventos. Cabe a Área Riscos a responsabilidade pela gestão centralizada do risco operacional, monitorando os aspectos gerais referentes ao tema, bem como coordenar com as diversas áreas envolvidas na correta aplicação dos procedimentos instituídos em política, reportando-se matricialmente à Administração todos os eventos identificados como possíveis riscos operacionais. Gerenciamento de capital: O processo de gerenciamento de capital tem como objetivo dar o suporte necessário para o Banco atingir os seus objetivos estratégicos, considerando o ambiente econômico e as características específicas de seus produtos e dos mercados nos quais atua. Em linha com a Resolução nº 4.557/2017 do CMN, o Banco elabora periodicamente orçamentos de capital com base nas informações e estimativas que tem disponível. Adicionalmente, acompanha a adequação do seu Patrimônio de Referência Exigido (PRE) em relação ao Patrimônio de Referência (PR) numa base diária, provendo dessa forma a informação de risco necessária para que a Instituição possa conduzir seus negócios de maneira adequada enquanto gerência os riscos existentes. Na elaboração e manutenção do Plano de Capital também são consideradas ameaças e oportunidades, metas de crescimento e cenários de estresse, para os quais existe um Plano de Contingência de Capital devidamente estabelecido e testado. O BACEN determina que o PRE deve ser permanentemente compatível com o PR do Banco, garantindo assim que o capital mantido pelos acionistas seja sempre suficiente para cobrir no mínimo os riscos de crédito, mercado e operacional, conforme demonstrado na nota 25. Análise de sensibilidade: A análise de sensibilidade realizada pelo Banco tem como objetivo mensurar, controlar e reportar o impacto dos movimentos das taxas de juros sobre o balanço da Instituição. Desta forma, limites máximos de exposição total, por indexador e prazo, são definidos e aplicados nas carteiras e buscam limitar exposições acima do apetite de riscos definido pela Instituição. Os dados não observáveis significativos utilizados na mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da entidade são a taxa de juros em moeda determinada que não seja observável e não possa ser corroborada por dados de mercado observáveis em intervalos comumente cotados ou de outro modo para substancialmente a totalidade do prazo do swap de moeda. Aumentos (reduções) significativos em quaisquer dessas informações isoladamente resultariam na mensuração do valor justo significativamente mais baixa (elevada). De modo geral, a mudança na premissa utilizada é acompanhada por mudança direcionalmente similar na premissa utilizada para a gravidade da perda e uma mudança direcionalmente oposta na premissa utilizada para o objeto de hedge, evitando impactos significativos. Maiores detalhes sobre o gerenciamento de riscos podem ser consultados no site www.dilgroup.com.br (não auditado).</p>	<p>27. Outras informações: a. Despesas tributárias referem-se, à contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) calculada à alíquota de 0,65%, à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), calculada à alíquota de 4%, ao Imposto Sobre Serviços (ISS) à alíquota de 5% e demais impostos, conforme abaixo:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2024</th> <th>2023</th> </tr> <tr> <th></th> <th>2º Semestre Exercício</th> <th>Exercício</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS)</td> <td>(9.303)</td> <td>(22.433)</td> <td>(20.636)</td> </tr> <tr> <td>Imposto sobre serviços (ISS)</td> <td>(2.628)</td> <td>(7.574)</td> <td>(8.552)</td> </tr> <tr> <td>Contribuição ao programa de integração social (PIS)</td> <td>(1.511)</td> <td>(3.645)</td> <td>(3.353)</td> </tr> <tr> <td>Impostos de remessa para exterior</td> <td>(10.128)</td> <td>(23.884)</td> <td>(18.463)</td> </tr> <tr> <td>Outros impostos</td> <td>(285)</td> <td>(437)</td> <td>(328)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(23.855)</td> <td>(57.973)</td> <td>(51.332)</td> </tr> </tbody> </table> <p>b. O Banco patrocina Plano de Previdência Complementar para seus colaboradores e administradores, que assegura com que recursos financeiros sejam acumulados durante a carreira profissional. As contribuições são realizadas parte pela Patrocinadora e parte pelo próprio participante. A Contribuição Patronal foi no montante de R\$ 865 no exercício e R\$ 446 no semestre findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 814 em 31 de dezembro de 2023). A modalidade do Plano de Previdência Complementar é de Contribuição Definida. c. Em atendimento as normas previstas no CPC nº 33 e Resolução nº 4.424 do CMN, de 25 de junho de 2015, a Administração efetuou uma avaliação preliminar com o propósito de identificar e determinar o montante dos passivos atuariais relativos a beneficiários empregados. Esta avaliação concluiu que o Banco não possuía passivo com essas características em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.</p> <p>28. Resultados não recorrentes: De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020, determina-se que o resultado não recorrente trata-se do resultado que: I - não esteja relacionado ao esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Instituição; ou II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os resultados não recorrentes estão compostos da seguinte forma:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2024</th> <th>2023</th> </tr> <tr> <th></th> <th>2º Semestre Exercício</th> <th>Exercício</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Resultado não operacional - alienação imobilizado em uso</td> <td>5</td> <td>14</td> <td>(186)</td> </tr> <tr> <td></td> <td>5</td> <td>14</td> <td>(186)</td> </tr> </tbody> </table>		2024	2023		2º Semestre Exercício	Exercício	Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS)	(9.303)	(22.433)	(20.636)	Imposto sobre serviços (ISS)	(2.628)	(7.574)	(8.552)	Contribuição ao programa de integração social (PIS)	(1.511)	(3.645)	(3.353)	Impostos de remessa para exterior	(10.128)	(23.884)	(18.463)	Outros impostos	(285)	(437)	(328)	Total	(23.855)	(57.973)	(51.332)		2024	2023		2º Semestre Exercício	Exercício	Resultado não operacional - alienação imobilizado em uso	5	14	(186)		5	14	(186)
			2024	2023																																									
	2º Semestre Exercício	Exercício																																											
Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS)	(9.303)	(22.433)	(20.636)																																										
Imposto sobre serviços (ISS)	(2.628)	(7.574)	(8.552)																																										
Contribuição ao programa de integração social (PIS)	(1.511)	(3.645)	(3.353)																																										
Impostos de remessa para exterior	(10.128)	(23.884)	(18.463)																																										
Outros impostos	(285)	(437)	(328)																																										
Total	(23.855)	(57.973)	(51.332)																																										
	2024	2023																																											
	2º Semestre Exercício	Exercício																																											
Resultado não operacional - alienação imobilizado em uso	5	14	(186)																																										
	5	14	(186)																																										
<p>Diretoria</p> <p>José Luiz Souza de Campos - Diretor Presidente Paulo Ricardo Magalhães Rocha - Diretor Executivo</p>		<p>Anderson Juliano dos Santos - Diretor Executivo Juliana Gilioi - Diretora Executiva</p>																																											
<p>Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras</p> <p>Aos Administradores e Acionistas Banco De Lage Landen Brasil S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Banco De Lage Landen Brasil S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais Assuntos de Auditoria: Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Porque é um PAA: Mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito: Conforme divulgado nas Notas 3(d) e 6, na determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito a administração da Instituição leva em consideração as determinações do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução CMN nº 2.682/99. No cumprimento dessa norma, a administração da Instituição exerce julgamentos e aplica determinadas premissas para definição do risco de crédito das contrapartes das operações, bem como considera a expectativa de realização da carteira de crédito. Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois o uso de julgamentos e premissas de forma incorreta ou a aplicação indevida da regulamentação vigente poderia resultar em estimativa incorreta da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, resultando em variações significativas dessa provisão. Como o assunto foi conduzido: Nossos procedimentos consideraram, entre outros, a atualização do nosso entendimento e a execução de testes de controles relevantes relacionados à (i) aprovação da política de crédito, (ii) concessão de crédito; (iii) operações renegociadas; (iv) atribuição de nível de risco; (v) reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios auxiliares; e (vi) elaboração das notas explicativas. Efetuamos, também, (i) análise, em base amostral, dos critérios descritos em política e sua consistência com os utilizados pela Administração para determinação do risco de crédito das operações, (ii) recálculo das provisões com base na classificação de risco e no atraso das operações, e (iii) teste sobre a totalidade e integridade da base de dados extraída dos sistemas subjacentes que servem de base para a apuração da provisão. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a mensuração e registro contábil da provisão para perdas associadas ao risco de crédito são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria. Valor recuperável de créditos tributários: Conforme divulgado nas Notas 3(m) e 15(b) e (c) a Instituição possui créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias, constituídos nos termos da legislação em vigor, conforme Resolução nº 4.842/2020 e Resolução BCB nº 15/2020. Esses créditos foram constituídos considerando as expectativas de realização determinadas com base em projeções de resultados futuros. Na elaboração das referidas projeções foram utilizados julgamentos e premissas de natureza subjetiva, estabelecidos pela administração, bem como estimativas de prazos de realização das diferenças temporárias. Nesse contexto, essa é uma área foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas poderia alterar significativamente a projeção dos lucros tributáveis e os prazos estimados de realização dos créditos tributários, podendo impactar, consequentemente, no valor do ativo fiscal reconhecido nas demonstrações financeiras da Instituição. Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, a análise da razoabilidade das premissas relevantes e das projeções de lucros tributáveis futuros contidas no estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração. Comparamos as premissas críticas utilizadas com as projeções orçamentárias elaboradas pela administração e, quando aplicável, com projeções macroeconômicas divulgadas no mercado. Adicionalmente, comparamos as projeções utilizadas em anos anteriores com os resultados efetivos e obtivemos explicações para as principais variações. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as principais premissas utilizados pela administração para a avaliação do valor recuperável desses ativos são razoáveis e as divulgações estão consistentes e alinhadas com as informações analisadas em nossa auditoria. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício correntes e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.</p>																																													
<p>Porto Alegre, 25 de março de 2025</p> <p>PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/F-6</p>		<p>Marcelo Luis Teixeira Santos Contador CRC 1PR050377/O-6</p>																																											

Jornal do Comércio

PUBLICIDADE LEGAL

TEM DATA E LOCAL CERTO PARA SER PUBLICADA

Dê mais **credibilidade** e segurança à publicidade legal da sua empresa no Jornal do Comércio.

O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais. Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.

Escaneie o QRCode abaixo e entre em contato:

WHATSAPP: (51) 3213-1342 | EMAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR